

TRAÇOS LUSO-CARIOCAS DE UM ACERVO PÚBLICO: 450 ANOS DA CIDADE NO AGCRJ

BEATRIZ KUSHNIR

RESUMO

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro custodia um dos acervos mais antigos do país, já que os conjuntos documentais salvaguardados remontam à refundação da Cidade no Morro do Castelo, em 1567. Devido ao fato de que o Rio de Janeiro foi fundado com o *status* de cidade, havia uma importância geopolítica no Atlântico Sul reconhecida desde os seus primórdios. Além disso, o Rio foi capital de parte da Colônia, do Império e de uma parcela da República por quase dois séculos, o que lhe conferiu a característica de *capitalidade*, transitando frequentemente entre a História local e a nacional.

Dentre as iniciativas de compreensão do *estado da arte* empreendidas a partir de 2005, o objetivo era realizar um mapeamento institucional a fim de investir na segurança do acervo. Para tal, uma série de publicações foi editada explorando a trajetória do AGCRJ e o cruzamento entre a História Administrativa e a História Oral. Isto permite entender os rumos trilhados pela instituição e estabelecer as relações essenciais para compreender o histórico da documentação em depósito, respeitando-se o *princípio da proveniência*.

A relevância desta documentação pode ser atestada pela conquista obtida em quatro ocasiões no Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, vinculado à UNESCO: a) *Vereanças do Senado da Câmara* (2007); b) *Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro* (2013); c) *Série Aforamentos* (2014); d) *Registros Fotográficos Oficiais das Intervenções Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro (1900-1950)* (2015).

Concernente às ações de tratamento documental – cumprindo a missão precípua de dar acesso público –, definiu-se como tarefa prioritária a constituição do Guia de Fundos do AGCRJ, até então inexistente. Atualmente, já estão identificados mais de oitenta fundos e coleções, prosseguindo-se as atividades por meio do Projeto *Inventário Topográfico de Acervos – da Conservação ao Arquivo Virtual*, no qual se realizam paralelamente os mapeamentos arquivístico e físico. As estratégias de tratamento alcançaram diferentes suportes documentais, desde o acervo sonoro, passando pelo textual e cartográfico e chegando aos materiais mais valorizados (iconográfico) e mais complexos (imagens em movimento). Foi igualmente fundamental a recomposição da documentação bibliográfica e hemerográfica para retomar o controle sobre as obras que compõem a Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha.

No âmbito da Gestão Documental da Administração Municipal – uma das funções de que o AGCRJ é imbuído como Gestor do Sistema de Memória da Cidade –, a sua implantação apenas conseguiu ser iniciada após a transferência da instituição para o quadro da Secretaria Municipal da Casa Civil. Este reposicionamento estratégico permitiu: a) o desenvolvimento de manuais técnicos que pontuam as diretrizes necessárias para consolidar um mínimo de procedimentos e boas práticas arquivísticas; b) a realização anual de *Workshops* de Gestão Documental visando a sensibilizar os servidores ligados à área para implantar e rotinizar procedimentos intrínsecos a esta seara; c) a execução de reuniões periódicas com estes servidores; d) o processamento de visitas técnicas a todos os órgãos municipais; e) o estabelecimento de um projeto-piloto para transferir e salvaguardar a documentação digital de fotografias e imagens em movimento produzidas pelo Gabinete

do Prefeito da Gestão Eduardo Paes (uma extensa documentação nativa digital, com estimativa de 60 TB ao final do mandato).